



RESUMO EXECUTIVO DO PROJETO DE PESQUISA:

Instituições de acolhimento em quatro regiões do estado do Pará - perfil de crianças e adolescentes

Líliã lãda Chaves Cavalcante
Celina Maria Colino Magalhães
Laiane da Silva Corrãa
Fabíola Helena Oliveira Brandão
Rosana Maria Souza de Barros

Resumo Executivo do Projeto de Pesquisa:

Instituições de Acolhimento em Quatro
Regiões do Estado do Pará – Perfil de
Crianças e Adolescentes

1º Edição
ISBN 978-85-636446-07-1

Belém, Pará
2015

ORGANIZADORES



FICHA TÉCNICA

Coordenação Geral

Lília Iêda Chaves Cavalcante
Celina Maria Colino Magalhães

Coordenação por Região

Amanda Cristina Ribeiro Costa (Região do Guamá)
Edson Júnior Silva da Cruz e Maria Lúcia Dias Gaspar Garcia (Região Tocantins)
Laiane da Silva Corrêa (Região Metropolitana de Belém)
Lilian de Jesus Fontel Cunha (Região de Caetés)

Auxiliares de Campo

Aciene Gonçalves	Helena Aood	Rafaela Fernandes
André Assunção	Izabela Merencio	Riverson Ronald
Cleice Figueiredo	Janaína Almeida	Rubia Pimentel
Clícia Barbosa	Karyanne Barros	Tais Guimarães
Dalízia Amaral	Kátia Santos	Taís Paixão
Elder Miralha	Larissa Albuquerque	Tamires Rufino
Estela Aido	Lea Sousa	Telma Vitorina
Fabírcia Barn	Leticia Braga	Uyara Caldas
Gilvana Reis	Maíra Santos	Valdete Leal
Glaucia Miralha	Mayara Cohen	

Colaboração

Universidade da Amazônia - UNAMA
Escola Superior da Magistratura do Estado Pará - ESM/TJPA
Promotoria da Infância e Juventude - MPP
Secretaria Estadual de Assistência Social Trabalho, Emprego e Renda - SEASTER
Prefeituras Municipais e Secretarias Municipais de Assistência Social (órgãos gestores da política de proteção social do Estado do Pará/Alta complexidade)
Fundação Papa João XXIII - FUNPAPA/PMB

Financiamento

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq

Resumo Executivo

Organização e Redação

Lília Iêda Chaves Cavalcante
Celina Maria Colino Magalhães
Laiane da Silva Corrêa
Fabíola Helena Oliveira Brandão da Silva (TJPA/CEIJ)
Rosana Maria Souza de Barros (TJPA/CEIJ)

Projeto Gráfico

Saulo Alexandre Picanço Sisnando

Contato

Rua Augusto Corrêa, 01, Campus Universitário do Guamá,
Belém, Pará, Brasil - CEP 66.075.110
Site: <http://ppgtpc.ufpa.br/> Fone: +55 91 3201 8479

APRESENTAÇÃO

É com reconhecimento da importância e da qualidade do trabalho, que apresentamos este Resumo Executivo da pesquisa intitulada: “Instituições de Acolhimento de Crianças e Adolescentes em Quatro Regiões do Pará: Perfil, Rotinas e Práticas de Cuidado”, realizada pela Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento, no período de 2012 a 2014.

A pesquisa tem um caráter inédito no estado do Pará e, embora circunscrita a quatro regiões - Região Metropolitana de Belém, do Guamá, do Caeté e Tocantins - expressa uma realidade com peculiaridades, e alcance de detalhes variados, demonstrando a seriedade e o compromisso da equipe que realizou o trabalho. O estudo envolveu a análise de prontuários de crianças e adolescentes acolhidos, com informações complementadas por gestores, e componentes das equipes interprofissionais e educadores das instituições envolvidas.

O Resumo ora apresentado, objetiva construir um perfil das crianças e adolescentes que vivem em instituições de acolhimento em diferentes regiões e municípios paraenses, discutindo características sociodemográficas presentes nessa população, contendo elementos importantes para que se busque a concretização do efetivo acesso a direitos já conquistados. Mostra uma realidade constatada diariamente, de forma empírica, por profissionais envolvidos com esses serviços, mas que muitas vezes permanece sem a devida atenção e mobilização (inter) institucional para alteração desse quadro, o que pode inverter a lógica da proteção, fim primeiro dos programas de acolhimento.

Entre outros resultados, a pesquisa que analisou prontuários de 337 crianças e 357 adolescentes, mostra que há muito a se conhecer sobre o perfil da população que é alvo das políticas de proteção social. Entre as crianças do sexo masculino estão em maior proporção nas instituições de acolhimento das regiões do Guamá e Metropolitana. Quando se refere a adolescentes, as do sexo feminino são a maioria, em todas as regiões investigadas. As crianças na faixa etária de 8 a 11 anos estão em maior proporção nas regiões do Guamá e Caetés. Na região do Tocantins, destaca-se a faixa etária de 4 a 7 anos, enquanto que, na Região Metropolitana, a maioria dos acolhimentos é de crianças, na faixa etária de zero a três anos. Entre adolescentes predominam os de 15 a 17 anos de idade, dos quais cerca de 30% estão fora da escola.

Outro dado que chama a nossa atenção indica que, entre as crianças, o acolhimento conjunto de irmãos ultrapassa 38% em todas as regiões, e entre os

adolescentes, especificamente nas regiões do Guamá e na Metropolitana, o número de acolhidos que possui irmãos na mesma instituição é superior a 22%. Isso mostra que o acolhimento de grupo de irmãos está ocorrendo em respeito aos preceitos legais, porém fica ainda a preocupação em relação ao modo como esse acolhimento está efetivamente acontecendo no cotidiano das instituições.

Esta pesquisa consegue dar visibilidade científica a uma conjuntura que é conhecida de muitos profissionais que atuam na rede de proteção, organizando informações que podem vir a subsidiar o planejamento e a execução de ações, de acordo com a peculiaridade de cada região e de cada faixa etária atendida. Esperamos que esta pesquisa possa contribuir para que os programas de acolhimento de crianças e adolescentes sejam efetivados com melhor qualidade, e de acordo com as previsões legais, ou seja, com caráter provisório e excepcional, primando-se pelo direito à convivência familiar e comunitária.

Desembargador **José Maria Teixeira do Rosário**

Coordenador Estadual da Infância e da Juventude do Tribunal de Justiça do Estado do Pará

PREFÁCIO

Foi com muita empolgação que em meados de agosto de 2012 recebi o convite para ser consultora de uma pesquisa, bastante ambiciosa e ampla por sinal, feito pelas queridas professoras doutoras Lília Cavalcante e Celina Magalhães. Pretendiam fazer um mapeamento da situação de acolhimento institucional em quatro regiões do estado do Pará, envolvendo o perfil das crianças e adolescentes acolhidos e suas famílias, e conhecer aspectos das práticas educativas e rotinas institucionais. Após três anos, é com muita satisfação e reconhecimento que escrevo este prefácio, por ter acompanhado o intenso trabalho das professoras e demais colaboradores da pesquisa, também empenhados e dedicados.

Quem são as crianças que estão em acolhimento institucional? E os adolescentes? Por que foram acolhidos? De onde vêm? Para onde foram? Quanto tempo permanecem na instituição? E suas famílias? Como viviam e o que faziam? Quais dificuldades vivenciaram para que seus filhos fossem acolhidos? O cenário do acolhimento institucional ainda não nos é totalmente conhecido: existem muitas perguntas sem respostas e outras precisam ser sistematicamente atualizadas, ainda que, nos últimos anos, tenhamos visto várias iniciativas nacionais de mapeamento nesse campo, além de diversas pesquisas em âmbito local e regional.

Observamos que novos estudos, leis, normativas e orientações técnicas entraram em cena nos últimos anos, trazendo mudanças no acolhimento de crianças e adolescentes, estabelecendo inclusive indicadores e orientações para as práticas nos serviços de acolhimento. Entretanto, é sabido que ainda existe um longo caminho a se trilhar, seja pelas inúmeras dificuldades e desafios cotidianos que os dirigentes e profissionais enfrentam dentro dos serviços de acolhimento como pela falta de acesso às políticas públicas de parte da população, e, neste caso, em especial, as famílias das crianças e adolescentes acolhidos, na maioria das vezes, excluídos e vítimas de uma sociedade econômica e socialmente desigual.

É neste contexto de complexidades que a presente pesquisa oferece sua rica contribuição, dando visibilidade às crianças e adolescentes acolhidos e suas famílias, fornecendo indicadores que podem dar subsídios para formulação de políticas e intervenções mais adequadas a seu público. Desse modo, um aspecto que chama a atenção na apresentação dos dados é a ausência de informações das crianças e adolescentes acolhidos e especialmente de seus familiares. Tal aspecto já foi retratado em pesquisas realizadas em outros contextos do país e

transcorridos vários anos ainda constituem desafios, no sentido de superar a “invisibilidade” dessas famílias. É preciso conhecer de forma ampla a realidade, antes de formular as intervenções.

Aproveito ainda para valorizar e parabenizar a forma de trabalho do grupo liderado pelas professoras Lilia e Celina. Além da dedicação que parece ser absorvida pelos alunos, é possível perceber um ambiente rico de aprendizagem, onde os alunos mais experientes acolhem os iniciantes e todos se tornam atores importantes na construção do conhecimento. A integração dos membros é outra característica importante a ser valorizada neste grupo. Nesse sentido, a Universidade cumpre seu papel na formação de futuros profissionais e pesquisadores e de investigação em realidades sociais que carecem de dados e sistematização.

Dessa forma, acreditamos que a divulgação dos dados desta pesquisa, as reflexões que se desdobram e o esforço coletivo de toda a rede integrante do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente possam finalmente contribuir para mudanças positivas que alcancem a qualidade no atendimento da realidade de crianças e adolescentes acolhidos.

É com entusiasmo que os convido para a leitura desta publicação, e espero que o conteúdo apresentado lhes tragam inquietações e reflexões.

Prof^a. Dr^a. Solange Aparecida Serrano

Psicóloga Judiciária do Tribunal de Justiça do Estado do Pará - Consultora da Pesquisa

OBJETIVO

Construir um perfil das crianças e adolescentes que vivem em instituições de acolhimento em diferentes regiões e municípios paraenses, discutindo características sociodemográficas presentes nessa população.

MÉTODO

Participantes

O estudo envolveu a análise de prontuários de crianças e adolescentes acolhidos no período de execução da pesquisa (2012 a 2014), cujas informações foram complementadas por gestores, profissionais das equipes interprofissionais e educadores das instituições envolvidas na pesquisa.

Caracterização das regiões onde estão localizadas as instituições de acolhimento

As instituições de acolhimento de crianças e adolescentes pesquisadas estão localizadas no estado do Pará, especialmente aquelas situadas em quatro das mais importantes regiões, a saber: Região Metropolitana de Belém (RMB), Região Guamá (RG), Região Caetés (RC) e Região do Tocantins (RT). As regiões que fizeram parte da pesquisa foram escolhidas por sua posição estratégica no mapa político administrativo do estado.

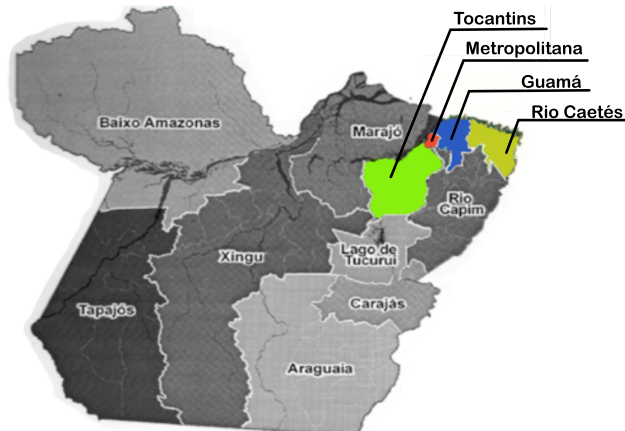


Figura 1. Mapa das Regiões que compõem o estado do Pará.

Caracterização das Crianças e Adolescentes Acolhidos em 2012 nas Quatro Regiões do Estado do Pará

• Perfil da Amostra

Tabela 1. Frequência de acolhidos por Região em relação ao Município onde está localizada a instituição pesquisada.

Região	Município	Crianças (N=337)		Adolescentes (N=357)	
		F	%	F	%
Guamá	Castanhal	15	71,4	10	76,9
	São Miguel do Guamá	6	28,6	3	23,1
	Total	21	100,0	13	100,0
Caetés	Bragança	2	5,9	1	2,4
	Capanema	17	50,0	15	35,7
	Salinópolis	15	44,1	25	59,5
	Viseu	0	0	1	2,4
	Total	34	100,0	42	100,0
Tocantins	Abaetetuba	26	41,9	16	25,0
	Barcarena	18	29,0	26	40,6
	Igarapé Miri	3	4,8	7	10,9
	Moju	7	11,3	9	14,1
	Tailândia	8	12,9	6	9,4
	Total	62	100,0	64	100,0
Metropolitana	Belém	177	80,5	126	52,9
	Ananindeua	20	9,1	70	29,4
	Marituba	21	9,5	26	10,9
	Benevides	0	0	12	5,0
	Santa Izabel	2	0,9	4	1,7
	Total	220	100,0	238	100,0

Uma concentração maior tanto de crianças como de adolescentes acolhidos na Região Metropolitana pode estar relacionada ao fato de ser esta uma região com maior número de habitantes inclusive nessas faixas etárias e possuir mais instituições de acolhimento por município.

• **Perfil das crianças e adolescentes acolhidos no ano de 2012**

Tabela 2. Frequência de acolhidos por Região em relação ao sexo.

Região	Sexo	Crianças (N=337)		Adolescentes (N=357)	
		F	%	F	%
Guamá	Feminino	9	42,9	8	61,5
	Masculino	12	57,1	5	38,5
	Total	21	100,0	13	100,0
Caetés	Feminino	20	58,8	30	71,4
	Masculino	14	41,2	12	28,6
	Total	34	100,0	42	100,0
Tocantins	Feminino	34	54,8	48	75,0
	Masculino	28	45,2	16	25,0
	Total	62	100,0	64	100,0
Metropolitana	Feminino	98	44,5	138	58,0
	Masculino	122	55,5	100	42,0
	Total	220	100,0	238	100,0

As crianças do sexo masculino estão em maior proporção nas instituições das regiões do Guamá e Metropolitana. Os adolescentes do sexo feminino são a maioria dos acolhidos em todas as regiões investigadas.

Tabela 3. Frequência de crianças e adolescentes acolhidos por Região em relação à faixa etária.

Faixa Etária	Guamá		Caetés		Tocantins		Metropolitana	
	F	%	F	%	F	%	F	%
De 0 a 3 anos	4	19,0	7	20,6	18	29,0	94	42,7
De 4 a 7 anos	5	23,8	10	29,4	20	32,3	52	23,6
De 8 a 11 anos	9	42,9	14	41,2	19	30,6	74	33,6
De 12 a 14 anos	1	7,7	9	21,4	15	23,4	59	24,8
De 15 a 17 anos	11	84,6	31	73,8	43	67,2	156	65,5
De 18 a 19 anos	1	7,7	0	0	1	1,6	20	8,4
SI	3	8,82	5	6,57	10	7,93	3	0,65
Total	34	100,0	76	100,0	126	100,0	458	100,0

As crianças na faixa etária de 8 a 11 anos estão em maior proporção nas regiões do Guamá e Caetés, já na região do Tocantins destaca-se a faixa etária de 4 a 7 anos e na região Metropolitana a maioria está nos três primeiros anos de vida. Entre os adolescentes, predomina a faixa etária de 15 a 17 anos em todas as regiões.

Tabela 4. Frequência de crianças e adolescentes acolhidos por Região em relação à escolaridade e nível de ensino.

Região	Nível	Crianças (N=337)		Adolescentes (N=357)	
		F	%	F	%
Guamá	Educação Infantil	1	4,8	0	0
	Ensino Fundamental	5	23,8	2	15,4
	Ensino Superior	0	0	1	7,7
	Não estuda	0	0	4	30,8
	Fora da faixa etária escolar	3	14,3	0	0
	SI	12	57,1	6	46,2
	Total	21	100,0	13	100,0
Caetés	Educação Infantil	2	5,9	0	0
	Ensino Fundamental	4	11,8	13	31,0
	Ensino Médio	0	0	1	2,4
	Não estuda	2	5,9	1	2,4
	Fora da faixa etária escolar	3	8,8	0	0
	SI	23	67,6	27	64,3
	Total	34	100,0	42	100,0
Tocantins	Educação Infantil	1	1,6	0	0
	Ensino Fundamental	5	8,1	18	28,1
	Ensino Médio	0	0	1	1,6
	Não estuda	3	4,8	11	17,2
	Fora da faixa etária escolar	27	43,5	0	0
	SI	26	41,9	34	53,1
	Total	62	100,0	64	100,0
Metropolitana	Educação Infantil	26	11,8	0	0
	Ensino Fundamental	75	34,1	131	55,0
	Ensino Médio	0	0	9	3,8
	Não estuda	13	5,9	83	34,9
	Fora da faixa etária escolar	99	45,0	0	0
	SI	7	3,2	15	6,3
	Total	220	100,0	238	100,0

Em relação à escolaridade das crianças, na maior parte dos prontuários não havia o registro da informação, e isto foi observado em todas as regiões. Identifica-se que nas regiões do Tocantins e Metropolitana têm-se um alto índice de crianças que estão fora da faixa etária escolar, mas que poderiam estar frequentando creches. A falta de informação sobre os adolescentes acolhidos é uma lacuna que se faz notar em todas as regiões pesquisadas. Chama atenção ainda o fato de que entre os adolescentes que deveriam frequentar a escola na rede de ensino, 30% não o fazem.

• **Perfil Sociofamiliar das famílias das crianças e adolescentes acolhidos no ano de 2012**

De acordo com as Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento de Crianças e Adolescentes (Brasil, 2009), deve ser realizado um “Estudo Diagnóstico” da família. Neste estudo, a equipe deve contemplar questões sobre as situações adversas e de vulnerabilidade enfrentadas pela família da criança e do adolescente. Que entre outros aspectos, deve-se conhecer a composição familiar e o contexto socioeconômico e cultural em que o acolhido vive.

Tabela 5. Frequência de crianças e adolescentes acolhidos por Região em relação à Zona de moradia.

Região	Zona	Crianças (N=337)		Adolescentes (N=357)	
		F	%	F	%
Guamá	Rural	6	28,6	1	7,7
	Urbana	12	57,1	10	76,9
	SI	3	14,3	2	15,4
	Total	21	100,0	13	100,0
Caetés	Rural	0	0	2	4,8
	Urbana	29	85,3	33	78,6
	SI	5	14,7	7	16,7
	Total	34	100,0	42	100,0
Tocantins	Rural	18	29,0	17	26,6
	Urbana	30	48,4	36	56,3
	SI	14	22,6	11	17,2
	Total	62	100,0	64	100,0
Metropolitana	Rural	20	9,1	9	3,8
	Urbana	194	88,2	210	88,2
	SI	6	2,7	19	8,0
	Total	220	100,0	238	100,0

Tabela 6. Frequência de crianças e adolescentes acolhidos por Região em relação à escolaridade dos pais.

Região	Escolaridade	Mãe				Pai			
		Crianças (N = 337)		Adolescentes (N = 357)		Crianças (N = 337)		Adolescentes (N = 357)	
		F	%	F	%	F	%	F	%
Guamá	Ensino Fundamental	3	14,3	0	0	0	0	0	0
	Ensino Superior	1	4,8	0	0	0	0	0	0
	SI	17	81,0	13	100,0	21	100,0	13	100,0
Caetés	Ensino Fundamental	1	2,9	6	14,3	1	2,9	4	9,5
	Ensino Médio	0	0	2	4,8	0	0	0	0
	SI	33	97,1	34	81,0	33	97,1	38	90,5
Tocantins	Analfabeto	1	1,6	1	1,6	0	0	1	1,6
	Ensino Fundamental	2	3,2	1	1,6	0	0	0	0
	SI	59	95,2	62	96,9	62	100,0	63	98,4
Metropolitana	Analfabeto	2	,9	5	2,1	2	,9	4	1,7
	Ensino Fundamental	70	31,8	21	8,8	28	12,7	7	2,9
	Ensino Médio	6	2,7	3	1,3	2	,9	1	,4
	SI	142	64,5	209	87,8	188	85,5	226	95,0

Tabela 7. Frequência de crianças e adolescentes acolhidos por Região em relação a possui ou não o Nome do pai no Registro Civil.

Região	Crianças (N=337)						Adolescentes (N=357)					
	Não Possui		Possui		SI		Não Possui		Possui		SI	
	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%
Guamá	3	14,3	2	9,5	16	76,2	5	38,5	5	38,5	3	23,1
Caetés	2	5,9	3	8,8	29	85,3	3	7,1	9	21,4	30	71,4
Tocantins	7	11,3	21	33,9	34	54,8	5	7,8	31	48,4	28	43,8
Metropolitana	92	41,8	109	49,5	19	8,6	68	28,6	139	58,4	31	13,0

Nota-se um percentual considerável de prontuários que não possuíam as informações esperadas pelos pesquisadores, como por exemplo, registros precisos e/ou atualizados acerca da paternidade da criança e do adolescente. Nas regiões do Guamá, Caetés e Tocantins, não havia informações sobre a paternidade da maioria das crianças. Entre os adolescentes nas regiões do Tocantins e Metropolitana, a maior parte possuía o nome do pai no registro.

Tabela 8. Frequência de crianças e adolescentes acolhidos por Região em relação ao paradeiro dos pais.

REGIÃO	Paradeiro	Mãe				Pai			
		Crianças (N=337)		Adolescentes (N = 357)		Crianças (N=337)		Adolescentes (N = 357)	
		F	%	F	%	F	%	F	%
Guamá	Desconhecido	0	0	0	0	3	14,3	1	7,7
	Conhecido	13	61,9	8	61,5	8	38,1	6	46,2
	Falecido	1	4,8	1	7,7	0	0	3	23,1
	SI	7	33,3	4	30,8	10	47,6	3	23,1
Caetés	Desconhecido	0	0	0	0	2	5,9	2	4,8
	Conhecido	17	50,0	19	45,2	6	17,6	8	19,0
	Falecido	0	0	0	0	0	0	1	2,4
	SI	17	50,0	23	54,8	26	76,5	31	73,8
Tocantins	Desconhecido	0	0	0	0	4	6,5	2	3,1
	Conhecido	46	74,2	39	60,9	33	53,2	30	46,9
	Falecido	1	1,6	1	1,6	2	3,2	2	3,1
	SI	15	24,2	1	1,6	23	37,1	30	46,9
Metropolitana	Desconhecido	17	7,7	24	10,1	71	32,3	48	20,2
	Conhecido	179	81,4	176	73,9	110	50,0	114	47,9
	Falecido	11	5,0	24	10,1	16	7,3	30	12,6
	Preso	7	3,2	2	0,8	3	1,4	4	1,7
	SI	6	2,7	12	5,0	20	9,1	42	17,6

Tabela 9. Frequência de crianças e adolescentes acolhidos por Região em relação à ocupação dos pais.

População	Familiar	Ocupação	REGIÃO							
			Guamá		Caetés		Tocantins		Metropolitana	
			F	%	F	%	F	%	F	%
Crianças (N=337)	Mãe	Não trabalha	2	9,5	1	2,9	5	8,1	38	17,3
		Trabalha	4	19,0	1	2,9	5	8,1	81	36,8
		SI	15	71,4	32	94,1	52	83,9	101	45,9
		Total	21	100,0	34	100,0	62	100,0	220	100,0
	Pai	Não trabalha	0	0	0	0	0	0	3	1,4
		Trabalha	3	14,3	5	14,7	4	6,5	63	28,6
SI		18	85,7	29	85,3	58	93,5	154	70,0	
	Total	21	100,0	34	100,0	62	100,0	220	100,0	
Adolescentes (N=357)	Mãe	Não trabalha	0	0	2	4,8	2	3,1	29	12,2
		Trabalha	0	0	3	7,1	4	6,3	60	25,2
		SI	13	100,0	37	88,1	58	90,6	149	62,6
		Total	0	0	42	100,0	64	100,0	238	100,0
	Pai	Não trabalha	0	0	0	0	1	1,6	8	3,4
		Trabalha	3	23,1	0	0	4	6,3	72	30,3
		SI	10	76,9	42	100,0	59	92,2	158	66,4
	Total	13	100,0	42	100,0	64	100,0	238	100,0	

Tabela 10. Frequência de crianças e adolescentes acolhidos por Região em relação ao valor da renda dos pais que desenvolvem atividade remunerada.

População	Renda dos pais		Guamá		Caetés		Tocantins		Metropolitana	
			F	%	F	%	F	%	F	%
Crianças (N=337)	Renda da Mãe	Menos de 1 salário	3	14,3	1	2,9	1	1,6	32	14,9
		1 salário	0	0	0	0	1	1,6	8	3,6
		Mais de 1 salário	1	4,8	0	0	1	1,6	2	1
		SI	15	71,4	32	94,1	54	87,1	142	64,5
		Total	19	90,5	33	97,1	56	90,3	184	83,6
	Renda do Pai	Menos de 1 salário	0	0	1	2,9	0	0	12	5,5
		1 salário	0	0	1	2,9	0	0	3	1,4
		Mais de 1 salário	1	4,8	0	0	2	3,2	19	8,6
		SI	20	95,2	32	94,1	60	96,8	185	84,1
		Total	21	100,0	34	100,0	62	100,0	219	99,5
Adolescentes (N=357)	Renda da Mãe	Menos de 1 salário	0	0	4	9,5	3	4,7	13	5,5
		1 salário	0	0	2	4,8	0	0	5	2,1
		Mais de 1 salário	0	0	1	2,4	1	1,6	5	2,1
		SI	13	100,0	33	78,6	58	90,6	189	79,4
		Total	13	100,0	40	95,2	62	96,9	212	89,1
	Renda do Pai	Menos de 1 salário	0	0	0	0	1	1,6	12	5,0
		1 salário	0	0	0	0	0	0	6	2,5
		Mais de 1 salário	0	0	2	4,8	3	4,7	12	5,0
		SI	13	100,0	40	95,2	60	93,8	208	87,4
		Total	13	100,0	42	100,0	64	100,0	238	100,0

Tabela 11. Frequência de crianças e adolescentes acolhidos por Região em relação ao recebimento ou não de benefício social que complementavam a renda familiar.

Região	Variável	Crianças (N=337)		Adolescentes (N=357)	
		F	%	F	%
Guamá	Não Recebe	3	14,3	2	15,4
	Recebe	4	19,0	4	30,8
	SI	14	66,7	7	53,8
Caetés	Não Recebe	0	0	5	11,9
	Recebe	7	20,6	6	14,3
	SI	27	79,4	31	73,8
Tocantins	Não Recebe	4	6,5	7	10,9
	Recebe	2	3,2	8	12,5
	SI	56	90,3	49	76,6
Metropolitana	Não Recebe	54	24,5	57	23,9
	Recebe	75	34,1	44	18,5
	SI	91	41,4	137	57,6

Em relação aos dados sobre o perfil sociofamiliar das crianças e adolescentes nas instituições pesquisadas observou-se a ausência de algumas informações básicas sobre a família de origem dos acolhidos, como escolaridade, renda e ocupação profissional dos pais.

•Caracterização do Processo de Acolhimento das crianças e adolescentes acolhidos no ano de 2012

Tabela 12. Frequência de crianças acolhidas por Região em relação ao motivo do acolhimento.

Motivo do Acolhimento das Crianças (N=337)	REGIÃO							
	Guamá (n=21)		Caetés (n=34)		Tocantins (n=62)		Metropolitana (n=220)	
	F	%	F	%	F	%	F	%
Abandono por parte dos pais e/ou responsáveis	6	28,6	1	2,9	12	19,4	100	45,5
Situação de rua (família de rua, etc)	3	14,3	3	8,8	0	0	18	8,2
Negligência familiar	4	19,0	26	76,5	21	33,9	123	55,9
Pobreza e/ou vulnerabilidade social dos pais e/ou familiares	1	4,8	2	5,9	9	14,5	26	11,8
Violência física	6	28,6	6	17,6	12	19,4	15	6,8
Violência sexual	0	0	3	8,8	10	16,1	25	11,4
Violência Psicológica	1	4,8	1	2,9	0	0	0	0
Testemunho de assassinato e/ou Violência física contra outros	1	4,8	0	0	1	1,6	1	,5
Pai, mãe ou pais alcoólatras ou dependentes de outras drogas	1	4,8	6	17,6	3	4,8	38	17,3
Pai, mãe ou pais portadores de doença mental; necessidades especiais; doenças graves ou crônicas	1	4,8	1	2,9	0	0	12	5,5
Fuga do Lar	1	4,8	1	2,9	1	1,6	4	1,8
Trabalho Infante Juvenil	0	0	1	2,9	0	0	1	,5
Comportamento de Risco	0	0	0	0	0	0	2	1,0
Conflito familiar, entre os pais e entre pais e filhos	3	14,3	0	0	0	0	7	3,2
Pai, mãe ou pais presidiários, presos, envolvimento com tráfico	0	0	0	0	0	0	10	4,5
Outros	1	4,8	1	2,9	2	3,2	1	,5
SI	2	9,5	1	2,9	7	11,3	0	0

A negligência se destacou como o principal motivo para o acolhimento das crianças nas regiões do Caetés, Tocantins e Metropolitana. O abandono e a violência física são mais frequentes entre as crianças na região do Guamá.

Tabela 13. Frequência de adolescentes acolhidos por Região em relação ao motivo do acolhimento.

Motivo do Acolhimento dos Adolescentes (N=357)	Região							
	Guamá (N=13)		Caetés (N=42)		Tocantins (N=64)		Metropolitana (N=238)	
	F	%	F	%	F	%	F	%
Abandono por parte dos pais e/ou responsáveis	3	23,1	2	4,8	4	6,3	49	20,6
Situação de rua (família de rua, etc)	1	7,7	4	9,5	4	6,3	40	16,8
Negligência familiar	3	23,1	24	57,1	13	20,3	104	43,7
Pobreza e/ou vulnerabilidade social dos pais e/ou familiares	2	15,4	0	0,0	5	7,8	19	8,0
Violência física	5	38,5	4	9,5	10	15,6	47	19,7
Violência sexual	4	30,8	4	9,5	13	20,3	42	17,6
Violência Psicológica	0	0,0	0	0,0	0	0,0	4	1,7
Testemunho de assassinato e/ou Violência física contra outros	0	0,0	0	0,0	1	1,6	0	0,0
Pai, mãe ou pais alcoólatras ou dependentes de outras drogas	5	38,5	0	0,0	3	4,7	13	5,5
Pai, mãe ou pais portadores de doença mental; necessidades especiais; doenças graves ou crônicas	0	0,0	0	0,0	1	1,6	3	1,3
Fuga do Lar	2	15,4	11	26,2	16	25,0	38	16,0
Trabalho Infantil Juvenil	2	15,4	1	2,4	1	1,6	4	1,7
Comportamento de Risco	0	0,0	1	2,4	9	14,1	27	11,3
Conflito Familiar	0	0,0	5	11,9	5	7,8	42	17,6
Ameaça de Morte	0	0,0	0	0,0	2	3,1	20	8,4
Outros	1	7,7	1	2,4	1	1,6	5	2,1
SI	0	0,0	3	7,1	10	15,6	2	0,8

Entre os adolescentes, a negligência supera a marca dos 43% dos acolhidos, em 2012, nas regiões do Caetés e Metropolitana. A violência física e a dependência dos pais são mais frequentes entre os adolescentes da região do Guamá.

Tabela 14. Frequência de crianças e adolescentes acolhidos por Região em relação à permanência de irmãos na mesma instituição de acolhimento.

População	Acolhimento Conjunto de Grupo de Irmãos	Guamá (n=21)		Caetés (n=34)		Tocantins (n=62)		Metropolitana (n=220)	
		F	%	F	%	F	%	F	%
Crianças (N=337)	Possuem	8	38,1	22	64,7	37	59,7	109	49,5
	Não possuem	5	23,8	10	29,4	14	22,6	111	50,5
	SI	8	38,1	2	5,9	11	17,7	0	0,0
		Guamá (N=13)		Caetés (N=42)		Tocantins (N=64)		Metropolitana (N=238)	
Adolescentes (N=357)	Possuem	4	30,8	6	14,3	10	15,6	54	22,7
	Não possuem	8	61,5	21	50,0	39	60,9	181	76,1
	SI	1	7,7	15	35,7	15	23,4	3	1,3

Entre as crianças acolhidas conjuntamente com os irmãos, o percentual ultrapassa 38% em todas as regiões. Na população de adolescentes, nas regiões do Guamá e Metropolitana o número de irmãos estão acolhidos numa mesma instituição é superior a 22%.

Tabela 15. Frequência de crianças e adolescentes acolhidos por Região em relação à família que vivia antes do acolhimento.

População	Família antes do acolhimento	Guamá		Caetés		Tocantins		Metropolitana	
		F	%	F	%	F	%	F	%
Criança (N=337)	Mãe e o pai	5	23,8	7	20,6	20	32,3	16	20,9
	Mãe e o padrasto	0	0,0	3	8,8	6	9,7	22	10,0
	Pai e outros familiares	2	9,5	0	0,0	0	0,0	1	0,5
	Outros familiares	1	4,8	0	0,0	0	0,0	17	7,7
	Apenas com a mãe	1	4,8	0	0,0	10	16,1	68	30,9
	Mãe e outros familiares	2	9,5	12	35,3	9	14,5	20	9,1
	Avós maternos	1	4,8	0	0,0	1	1,6	12	5,5
	Apenas com o pai	0	0,0	0	0,0	0	0,0	4	1,8
	Pai e a madrasta	0	0,0	0	0,0	2	3,2	7	3,2
	Avós paternos	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,5
	Sem convívio familiar	0	0,0	0	0,0	0	0,0	13	5,9
	Terceiros	3	14,3	1	2,9	1	1,6	4	1,8
SI	6	28,6	11	32,4	13	21,0	5	2,3	
Adolescente (N=357)	Mãe e o pai	1	7,7	0	0,0	9	14,1	33	13,9
	Mãe e o padrasto	0	0,0	6	14,3	7	10,9	11	17,2
	Pai e outros familiares	3	23,1	0	0,0	0	0,0	6	2,5
	Outros familiares	1	7,7	2	4,8	1	1,6	21	8,8
	Apenas com a mãe	0	0,0	3	7,1	8	12,5	18	20,2
	Mãe e outros familiares	2	15,4	1	2,4	5	7,8	21	8,8
	Avós maternos	0	0,0	2	4,8	4	6,3	12	5,0
	Apenas com o pai	1	7,7	0	0,0	2	3,1	11	4,6
	Pai e a madrasta	0	0,0	1	2,4	1	1,6	8	3,4
	Avós paternos	1	7,7	0	0,0	0	0,0	9	3,8
	Outros	0	0,0	0	0,0	1	1,6	0	0,0
	Companheiro	1	7,7	0	0,0	2	3,1	4	1,7
	Terceiros	1	7,7	2	4,8	2	3,1	9	3,8
	Encontrado (a) na rua	0	0,0	0	0,0	0	0,0	5	2,1
	Sozinho	0	0,0	0	0,0	1	1,6	1	,4
	Outro Abrigo	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	,4
	SI	2	15,4	25	59,5	21	32,8	8	3,4

A mãe despontou como a principal figura de referência entre as crianças acolhidas nas instituições localizadas em todas as regiões pesquisadas. Entre os adolescentes, este cenário também se confirma, com exceção da região do Guamá, em que o pai é a figura que mais se destaca como cuidador principal antes do acolhimento.

Tabela 16. Frequência de crianças e adolescentes acolhidos por Região em relação ao recebimento de visitas durante o acolhimento.

Região	Visita	Crianças (N=337)		Adolescentes (N=357)	
		F	%	F	%
Guamá	Não Recebem	3	14,3	8	61,5
	Recebem	7	33,3	4	30,8
	SI	11	52,4	1	7,7
	Total	21	100,0	13	100,0
Caetés	Não Recebem	1	2,9	17	40,5
	Recebem	5	14,7	0	0,0
	SI	28	82,4	25	59,5
	Total	34	100,0	42	100,0
Tocantins	Não Recebem	2	3,2	7	10,9
	Recebem	16	25,8	13	20,3
	SI	44	71,0	44	68,8
	Total	62	100,0	64	100,0
Metropolitana	Não Recebem	38	17,3	90	37,8
	Recebem	170	77,3	119	50,0
	SI	12	5,5	29	12,2
	Total	220	100,0	238	100,0

O registro das informações acerca das visitas recebidas pelas crianças e adolescente durante o período em que estiveram acolhidos foi encontrado mais frequentemente nas instituições da região Metropolitana do que nas demais. Mais de 50% dos adolescentes receberam visita de familiares e/ou membros da comunidade nas regiões do Guamá e Metropolitana.

Tabela 17. Frequência de crianças e adolescentes acolhidos por Região em relação ao tempo atual de acolhimento.

População	Tempo Atual de Acolhimento (Meses)	Guamá		Caetés		Tocantins		Metropolitana	
		F	%	F	%	F	%	F	%
Crianças (N=337)	<= 6 meses	1	4,8	29	85,3	53	85,5	108	49,1
	De 7 a 23 meses	5	23,8	1	2,9	0	0,0	77	35,0
	De 24 a 59 meses	1	4,8	0	0,0	1	1,6	26	11,8
	De 60 a 95 meses	0	0,0	0	0,0	0	0,0	3	1,4
	Mais de 96 meses	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,5
	SI	14	66,7	4	11,8	8	12,9	5	2,3
Adolescente (N=357)	<= 6 meses	1	7,7	31	73,8	45	70,3	102	42,9
	De 7 a 23 meses	2	15,4	1	2,4	8	12,5	67	28,2
	De 24 a 59 meses	4	30,8	0	0,0	0	0,0	33	13,9
	De 60 a 95 meses	0	0,0	0	0,0	0	0,0	17	7,1
	Mais de 96 meses	0	0,0	0	0,0	0	0,0	7	2,9
	SI	6	46,2	10	23,8	11	17,2	12	5,0

Tanto a população de crianças quanto de adolescentes passou até seis meses vivendo em instituições de acolhimento. Este dado foi encontrado nas quatro regiões compreendidas pela pesquisa, com exceção das instituições localizadas no Guamá.

Tabela 18. Frequência de crianças e adolescentes acolhidos por Região em relação à situação sociojurídica no período da pesquisa.

População	Situação sociojurídica no período da pesquisa	Guamá		Caetés		Tocantins		Metropolitana	
		F	%	F	%	F	%	F	%
Crianças (N=337)	Permanece Acolhido	2	9,5	0	0,0	1	1,6	37	16,8
	Mãe	1	4,8	11	32,4	7	11,3	37	16,8
	Pai	0	0,0	1	2,9	3	4,8	20	9,1
	Mãe e Pai	0	0,0	3	8,8	8	12,9	7	3,2
	Fuga	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,5
	Mãe e Padrasto	2	9,5	1	2,9	2	3,2	1	0,5
	Avós	1	4,8	1	2,9	11	17,7	47	21,4
	Família Extensa	0	0,0	4	11,8	6	9,7	32	14,5
	Adoção	1	4,8	0	0,0	1	1,6	24	10,9
	Irmão (a)	0	0,0	1	2,9	2	3,2	2	0,9
	Transferência para outra Instituição de Acolhimento	0	0,0	0	0,0	0	0,0	8	3,6
	SI	14	66,7	12	35,3	21	33,9	4	1,8
Adolescente (N=357)	Permanece Acolhido	2	15,4	0	0,0	3	4,7	67	28,2
	Mãe	0	0,0	8	19,0	15	23,4	48	20,2
	Pai	1	7,7	1	2,4	2	3,1	10	4,2
	Mãe e Pai	0	0,0	0	0,0	3	4,7	10	4,2
	Fuga	1	7,7	0	0,0	3	4,7	41	17,2
	Mãe e Padrasto	0	0,0	2	4,8	1	1,6	8	3,4
	Pai e Madrasta	0	0,0	0	0,0	0	0,0	3	1,3
	Avós	3	23,1	1	2,4	3	4,7	14	5,9
	Família Extensa	1	7,7	3	7,1	9	14,1	8	3,4
	Adoção	0	0,0	1	2,4	0	0,0	7	2,9
	Irmão (a)	0	0,0	0	0,0	3	4,7	2	,8
	Transferência para outra Instituição de Acolhimento	0	0,0	0	0,0	0	0,0	3	1,3
	Terceiros	0	0,0	2	4,8	0	0,0	1	0,4
	Sozinho (a)	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,4
	Companheiro (a)	0	0,0	0	0,0	0	0,0	2	0,8
	Encaminhado para medida socioeducativa	0	0,0	0	0,0	0	0,0	3	1,3
SI	5	38,5	24	57,1	22	34,4	10	4,2	

Entre as crianças acolhidas por instituições situadas nas regiões do Caetés e Metropolitana, a maioria retorna para a mãe ou para os avós. Na população de adolescentes, foi possível notar que a mãe se destacou como figura de referência no pós-acolhimento na região do Tocantins e os avós na região do Guamá. Na região Metropolitana, os adolescentes que permaneceram em situação de acolhimento até a conclusão desta pesquisa ultrapassam os 28% do total.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Finalizamos esta exposição, com as seguintes considerações:

O acolhimento está acontecendo mais frequentemente nos primeiros anos de vida (0 a 3 anos) e no final da adolescência (15 a 17 anos), sendo este dado válido para ambos os sexos, ainda que as meninas predominem nessa população.

Nas quatro regiões onde a pesquisa foi realizada, informações importantes sobre os acolhidos estavam ausentes nos prontuários, especialmente dados sobre a família e a saúde de crianças e adolescentes, bem como sobre o detalhamento sobre quando e como a visita familiar acontece.

Entre as informações necessárias, porém ausentes nos prontuários, chama atenção os dados sobre o responsável familiar, especialmente sobre sua renda, escolaridade, paradeiro, ocupação e idade. Pode-se considerar a existência no contexto pesquisado do fenômeno conhecido como a “invisibilidade da família”. Este dado pode implicar na carência de subsídios para que a equipe interprofissional possa trabalhar de modo mais eficaz na promoção da reinserção familiar da criança e do adolescente. A presença de informações pouco consistentes ou até inexistentes sobre a condição sociofamiliar do acolhido, tende a dificultar o trabalho de reinserção familiar por parte das equipes interprofissionais.

Salienta-se, como aspecto positivo observado pela pesquisa, a presença majoritária do acolhimento conjunto de irmãos em todas as regiões. Porém, deve-se levantar a discussão sobre o espaço físico e o planejamento das rotinas e atividades que podem favorecer ou não o convívio de grupos de irmãos no ambiente das instituições.

Em relação à visita, os dados sobre o registro são mais frequentes entre as instituições da Região Metropolitana de Belém. A periodicidade com que estas são realizadas é uma informação que esteve quase sempre ausente nos prontuários analisados, e, quando isto ocorre, muitas vezes não são registrados dados pormenorizados sobre a qualidade desses encontros e o quanto a instituição tem investido para facilitar o processo da visita, promovendo a reinserção familiar.

A mãe é a figura de referência em todas as regiões. Destaca-se também o papel da família extensa no processo. O que está alinhado a uma tendência

presente no perfil sociodemográfico que caracteriza as famílias no território nacional.

É desaconselhável a transferência para outra instituição, porém esta é uma prática ainda identificada. Foram encontrados casos de crianças e adolescentes que foram transferidos de uma instituição para a outra, sem retorno à família de origem ou colocação em família substituta.

Os resultados reforçam a ideia que a vida na Instituição de Acolhimento é um processo histórico, tendo em vista a constante retomada do passado, consciência do presente e esperança no futuro (Gulassa, 2010).

REFERÊNCIAS

Assis, S.G. & Farias, L.O.P. (2013). Levantamento nacional das crianças e adolescentes em serviço de acolhimento. São Paulo: Hucitec.

Associação dos Assistentes Sociais e Psicólogos do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo – AASPTJ-SP. et al. (2004). Por uma Política de abrigos em defesa de direitos das crianças e dos adolescentes na cidade de São Paulo. São Paulo: Comissão Interinstitucional de Acompanhamento.

Brasil, Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e Conselho Nacional de Assistência Social (2009). Orientações técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes. Brasília: Conanda.

Cavalcante, L. I. C. (2008). Ecologia do cuidado: interações entre a criança, o ambiente, os adultos e seus pares em instituição de abrigo. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Pará.

Conselho Nacional do Ministério Público (2013). Relatório da Infância e Juventude – Resolução nº 71/2011: Um olhar mais atento aos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes no País. Brasília: Conselho Nacional do Ministério Público.

Fonseca, C. et al. (2006). Estrutura e Composição dos Abrigos para Crianças e Adolescentes em Porto Alegre. Relatório de Pesquisa. Porto Alegre: IFCH-UFRGS.

Gulassa, M.L.C.R (2010). Novos rumos do acolhimento institucional. São Paulo: NECA.

Serrano, S.A. (2008). O abrigamento de crianças de zero a seis anos de idade em Ribeirão Preto: caracterizando esse contexto. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto.

Silva, E.R.A. (2004). O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil. Brasília: IPEA/CONANDA.

ISBN 978-85-636446-07-1